

Jango

QUINZENAL • Sexta-Feira

Director: David Bernardino

ANO I • N.º 0 • 14.8.92

A abrir

JANGO surge mais como uma necessidade do que como iniciativa na situação política que o País hoje vive. Necessidade de ouvirmos outras palavras, de conhecermos outros caminhos, de utilizarmos a longa e fértil (embora quase sempre negativa) experiência que adquirimos, em novas abordagens que não sejam a tão cansada repetição e os velhos lugares comuns que nos servem em cada dia ou a intimidação gratuita que se maneja à falta de melhor. Necessidade também de dar a conhecer a nossa realidade actual e passada por vozes mais capazes, que as temos, de estreitar mais um diálogo dentro da diversidade que somos.

Somos muitos. Pertencemos à maioria silenciosa que sabe melhor o que não quer do que precisar o que quer. Um pouco por todo o mundo e talvez mais em Angola, os políticos de profissão estão gastos. Temos de procurar conhecer outras formas de participação das gentes na gestão das coisas que lhes dizem respeito e para isso é necessário trazê-las para a praça pública. JANGO quer ser um espaço dessa praça, onde entram todos os que não vêm para ferir e onde se fala, se trabalha, se ri, se aprende e se discutem as coisas grandes e pequenas.

Seremos capazes? Vamos tentar e para isso vos convidamos a entrar...

PELA primeira vez, a população angolana vai escolher quem deve ocupar as cadeiras de Presidente e Deputados da Nação. Quem deve, ou quem pode? ou quem "afinal é melhor do que o outro"? A rápida sucessão de inesperados acontecimentos nos últimos três anos, não deu tempo a uma calma aprendizagem do jogo eleitoral e do seu verdadeiro significado e, subitamente, os Angolanos são mais compelidos que convidados a votar. E a votar em quem? Só aquela calma aprendizagem daria tempo a uma selecção criteriosa de candidatos — a maratona em que de repente a população se viu metida sob o apito do Conselho Nacional Eleitoral e seus abnegados padrinhos, não permite de maneira nenhuma qualquer escolha prévia. O Angolano é obrigado a votar nos representantes do passado, que tão más recordações lhe deixaram, ou nos desconhecidos que o presente fez brotar quais cogumelos das chuvas de Bicesse.

Mas no meio deste desinteressante "jogo democrático", cada vez mais se avoluma um alarme: quem são os candidatos dum dos dois mais importantes partidos concorrentes, neste caso, da UNITA? Porque os do MPLA são bem conhecidos e até da direcção eleitoral do próprio partido, tão preocupada agora em colocar na sombra os mais apontados pelas "auto-facilidades" da respectiva actuação.

O alarme que mais se avoluma, vem da Jamba. As denúncias de actos criminosos cometidos intencionalmente sobre as pessoas da própria Jamba, já há muito se ouviam, mas eram catalogadas de unilaterais, de fabricadas pela "outra parte", de propaganda mentirosa. E subitamente o de todo inesperado, explodiu: a UNITA denunciava a direcção da UNITA. Dois dos mais altos ex-dirigentes da organização, libertam-se da Jamba para acusar, com os pormenores que todos conhecemos, os terríveis sacrifícios humanos consumados no altar do chefe. A denúncia é de tal maneira forte que nem o grande amigo norte-americano deixa de escutar e estremecer. E pouco a pouco, vêm confluindo para essa torrente, grandes e pequenos caudais que constantemente nos trazem profundo desgosto e alarme. O que foi a Jamba nesta dezena de anos? que sofreram e em que participaram os seus habitantes? o que são e o que move os responsáveis principais da UNITA?

Já não é possível conter estas interrogações, mesmo que por pequeno período de tempo se

reprimam as possibilidades de resposta e inquirição. A população da Jamba já não está mais na angustiante situação de ter a retaguarda cortada pelo "aliado" exército do apartheid e a frente pela extensão das despovoadas terras do sudeste Angolano, mais o papão comunista todos os dias brandido pelos seus chefes. Mesmo com a oposição destes chefes, a Jamba integra-se lentamente no contexto nacional e vai pouco a pouco conhecendo o país verdadeiro. E dando-se a conhecer.

E daí o alarme que se avoluma. Pelo que é possível neste momento perceber, o poder que os dirigentes da UNITA procuraram a todo o custo alcançar, levou-os a alianças com Deus e o Diabo, ao sabor da oferta e da procura. A consequência inevitável

cutível. E será essa a razão dos rituais públicos em que obrigatoriamente todos tinham de comungar e que serviam ao mesmo tempo de mobilização e inculpação dos próprios seguidores, uma vez que eram compelidos não só a presenciarem como a intervir nos sacrifícios ao altar do chefe. Todos e cada um participavam da sentença que o chefe mandava executar e cada um juntava obrigatoriamente a sua própria acção: ou agressão física ao condenado ao espancamento na praça da humilhação, fosse ele soldado ou general, ou, mais trágico ainda, mais uma acha na fogueira da desgraçada vítima do desagrado maior do senhor da morte.

O que terá sido a Jamba? qual o resultado sobre essa população da dezena de anos que viveram

na altura em que se vai iniciar o novo percurso em conjunto?

Saltam-nos à memória os trágicos anos que os Estados Unidos da América viveram em 1973 e 1974: em Novembro do ano anterior, Nixon e Agnew tinham sido reeleitos. A partir de Janeiro de 1973 rebenta o processo de Watergate e a torrente de fraudes e irregularidades, pouco a pouco formada, leva à demissão de Agnew do seu lugar de vice-presidente dos EUA em Outubro desse ano e, finalmente, à do próprio presidente Nixon em Agosto de 1974 — todos os principais colaboradores das irregularidades já julgados e condenados.

Os que acompanharam o célebre processo, conhecem o grande traumatismo que ele representou para um país tão rico como os EUA. Poderá a frágil República Angolana suportar um processo, em alguma coisa semelhante, aos candidatos que agora se apresentam escondendo as gravíssimas incriminações que se lhes fazem?

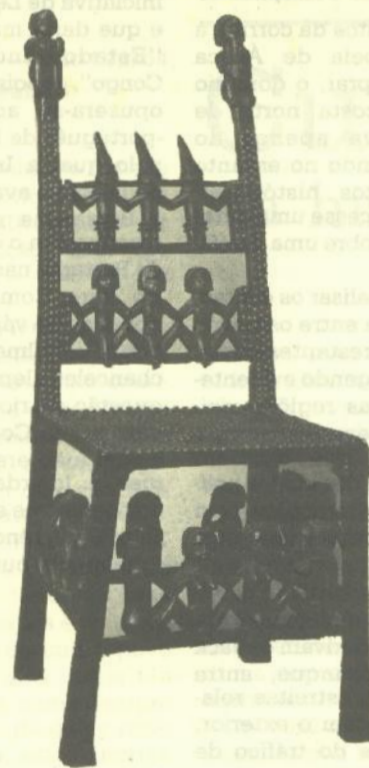
Mesmo que tais incriminações, ainda que abafadas, levem à rejeição desses candidatos pelo voto de Setembro, o processo, por mais impedimentos que se lhe ponha, vai surgir.

Parece evidente que tudo aconselha que se esclareçam imediatamente as tão graves acusações. Grande parte dos atentados à dignidade e à vida terão sido feitos em rituais públicos: decerto os centros de informação dos governos dos EUA, de Portugal, do próprio Vaticano, que tanto interesse têm proclamado pela democratização de Angola, poderão ajudar-nos a esclarecer as acusações. Mas acima de tudo são os nossos compatriotas da Jamba, os que de lá ainda não deixam sair e os que já cá se encontram, que têm de fazer o esforço principal em se esclarecerem sobre o que viveram e em esclarecerem-no a nós. A coesão que parece agora apresentarem-nos, estará afinal baseada no medo e na consciência de terem participado também em atentados à dignidade humana.

Todos compreendemos a vulnerabilidade e consequente fragilidade de cada um em acontecimentos trágicos que às vezes acontecem — mas agora, para além da compreensão de todo um passado, existe o dever moral e civil de o esclarecer devidamente antes duma candidatura a representante do povo Angolano.

Só então se resolverá o grave problema do eleitor Angolano.

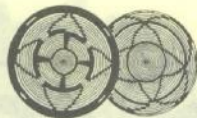
O grave problema do eleitor angolano



de tal política foi esvaziar a organização de qualquer ideologia, indispensável para a coesão do grupo. E por isso foi necessário criar outro cimento: o endeusamento dum chefe todo poderoso, senhor da vida e da morte, onnipotente e omnipresente. Pouco a pouco, a população da Jamba ter-se-á transformado, involuntária e inconscientemente, numa espécie particular de seita, organizada em guerra santa contra o terrível comunismo e os satanazes cubano e soviético, totalmente à mercê da direcção e protecção única do seu guia infalível e indis-

em tão dramáticas condições? que rancores internos não terá acumulado? que medos?

O que vai acontecer quando a decompressão que é totalmente impossível de evitar — todos conhecemos o custo que estão a pagar os dirigentes da UNITA por um adiamento até Outubro — se descarregar sobre a tão larga extensão do nosso país? Quando às acusações isoladas que até hoje nos fazem estremecer tão intensamente se juntar o clamor reprimido, que graves perturbações não surgirão em toda a nossa população, precisamente



Cabinda

— a verdade da História

• Interesses regionais e interesses nacionais

O relativo desinteresse a que o poder central votou durante anos as diferentes regiões do País, de que não poderemos exclusivamente culpar (mas também não ilibar) a situação de guerra, criou terreno fértil para ressentimentos e para o eclodir de regionalismos (no mau sentido) que, ao evoluírem para separatismos, procuram naturalmente justificações históricas que lhes confirmem legitimidade. O processo não é inédito nem original.

Angola como nação única é uma realidade inegável, mas ainda não amadurecida, podendo evoluir no sentido da consolidação ou da desagregação, pois transporta desde a sua génese muitas fraquezas e contradições, e a própria consciência nacional não é prevalente de igual modo no comportamento de todos os componentes dessa entidade nacional, quer se trate dos indivíduos ou das colectividades.

Também é sabido como a ocupação colonial, ao circunscrever vários povos a um espaço político-administrativo único, não teve em conta a realidade africana existente, interferindo fortemente com a dinâmica própria de cada povo ou grupo. Mas esta situação, claramente visível por toda a África, é comum aos processos de delimitações de fronteiras da maioria dos países do mundo, embora em épocas diferentes.

A formação de nacionalidades ou de Estados é um processo histórico, e como tal sujeito também às vicissitudes das conjunturas locais e internacionais. Se Portugal não faz hoje parte da Espanha, ao contrário da Galiza ou do país Basco, isso decorre mais dos processos que acompanharam a expansão iniciada no século XV do que de quaisquer "identidades profundas", que não se podem negar aos Galegos nem aos Bascos...

A existência ou não de uma identidade própria do conjunto do povo da actual província de Cabinda — que não seja confundida apenas com a dos descendentes do antigo "reino" do Ngoyo... — é uma questão cuja abordagem séria tem de ser feita, considerando sempre que as identidades sociais não são imutáveis e definitivas, mas extremamente dinâmicas. E devendo nós estar cientes de que outros casos poderão a qualquer momento levantar-se para diferentes regiões do país. Parece estar esquecido que já Cabinda fazia parte integrante de Angola quando, por exemplo, foi ocupada a Lunda ou o Cunene, até mesmo o Huambo, ou quando foram definidas as fronteiras com a actual Zâmbia...

Por outro lado, a "angolanidade" não deve significar a rejei-

ção de outras "identidades" subjacentes — à maneira de uma "teoria de assimilação" de má memória — mas a integração destas na sociedade mais vasta, respeitadora da diversidade cultural e criadora de novos factores de identidade colectiva.

A gravidade da situação actual em Cabinda — para a qual obviamente contribui mais o petróleo do que a História — justifica que se lhe dedique um espaço particular de reflexão. O desconhecimento do nosso próprio processo histórico, ou a intenção de o manipular para fins imediatos, induz muitas vezes a erros e afirmações disparatadas, que nos impressionam pela convicção com que são pronunciadas ou pela categoria social dos que as pronunciam. É o "argumento de autoridade" a substituir a verdade. Outros, bem intencionados, acreditam e a vão repetindo. Claro exemplo disto têm sido afirmações como "Cabinda só foi integrada em Angola em 1956" ou "Cabinda não dependia de Luanda mas de Lisboa" ou "não fazia parte da colónia de Angola". E repetidas vezes se diz "todos sabemos a história de Cabinda". Sabemos de facto?

• Histórias mal contadas...

Quando os ventos da corrida à ocupação europeia de África começaram a soprar, o domínio português na costa norte de Angola chegava apenas ao Ambriz, reclamando no entanto Portugal "direitos históricos" (sem que ali exercesse uma autoridade de facto) sobre uma vastíssima região.

Mesmo sem analisar os contactos de longa data entre os povos de Cabinda e os restantes povos de Angola (abrangendo evidentemente também as regiões vizinhas), valerá a pena referir aqui alguns aspectos que mostram como a estratégia dos chefes políticos africanos se articulou com os interesses europeus naquela região.

Em Cabinda, as famílias dominantes — os Puna, os Nkata Kolombo (de que derivam os Jack e Mingas), os Franque, entre outros — tinham estreitas relações comerciais com o exterior, desde os tempos do tráfico de escravos, nomeadamente com o Brasil e a colónia portuguesa de Angola (então de pequena extensão relativamente ao país actual). Se no século XVIII a preferência parece ter ido para os Franceses, no século XIX reforçaram-se os laços com os Portugueses, mas sem descurar um comércio activo com as feitorias inglesas e francesas. Nas principais cidades da colónia de Angola — Luanda e Benguela — havia uma significativa comunidade de originários de Cabinda, sendo também de Cabinda grande parte dos pilotos e marinheiros da navegação de cabotagem que então se fazia.

• O Tratado de Simulambuco e outros

Em 1885, atentos ao avanço da penetração europeia nas áreas da bacia do Zaire, e certamente influenciados pelo comerciante Manuel António da Silva com quem tinham boas relações, Manuel José Puna e Chico Franque estabeleceram uma aliança, na qual envolveram também os Nkata Kolombo do Tafe, para fazer um tratado com os Portugueses e impedir o controlo da região de Cabinda por Franceses ou Ingleses.

Vejamos agora em que contexto internacional ocorre, para se lhe poder dar o justo valor, o Tratado de Simulambuco, talvez o mais famoso argumento invocado pelos separatistas. Os "tratados de protectorado" eram, para a Europa do fim do século passado, apenas mais uma das formas de legitimar perante as outras potências interessadas, a apropriação de territórios em África. Tinham também a vantagem de poupar uma campanha de ocupação — convencendo as autoridades africanas locais das vantagens de tal "protectorado".

A Associação Internacional Africana — criada em 1876 por iniciativa de Leopoldo da Bélgica e que daria mais tarde lugar ao "Estado Independente do Congo", depois "Congo Belga" — opusera-se ao tratado anglo-português de Fevereiro de 1884, pelo qual a Inglaterra (preocupada com o avanço de Franceses e Belgas na região do Congo) reconheceu o direito à soberania de Portugal nas duas margens do rio Zaire. Comerciantes e forças políticas de vários países protestaram igualmente. Bismarck, o chanceler alemão, propôs que a questão do rio Zaire fosse resolvida numa Conferência internacional (não era ainda o petróleo mas a liberdade de expansão comercial que estava em causa...). Essa Conferência regulamentaria igualmente outras questões can-

Conclui na última página

Cronologia

- 1783 — Os Portugueses tentam construir uma fortaleza na baía de Cabinda, sendo atacados e vencidos por Franceses, que também não se instalaram. Nenhuma força europeia se impõe na região até finais do século XIX, apesar das muitas feitorias ali existentes.
- 1855 — Ocupação do Ambriz pelos Portugueses.
- 1860 — Um corpo expedicionário português toma a capital do Congo, S. Salvador ou Mbanza Kongo, envolvida em disputas pela sucessão.
- 1871 — Manuel José Puna, em visita aos dois filhos que estudavam em Portugal, é baptizado e agraciado pelo rei D. Luís com o título de Barão de Cabinda e uma pensão vitalícia.
- 1873 — Abertura de uma missão católica francesa em Lândana (a primeira dos Missionários do Espírito Santo em Angola).
- 1879 — Abre o Seminário Menor (em 1892 foi ordenado o primeiro padre).
- 1883 — 29 de Setembro — Tratado "de protectorado" de Chinfuma (em Lândana).
 - Chegam as primeiras irmãs de S. José de Cluny.
- 1884 — Fevereiro — Tratado entre a Inglaterra e Portugal sobre o rio Zaire.
 - 15 de Novembro — início da Conferência de Berlim.
 - 26 de Dezembro — Tratado de "protectorado" de Chicambo.
- 1885 — 1 de Fevereiro — é assinado o Tratado de Simulambuco. Apenas um dos chefes da família Franque, Luemba Franque de Porto Rico, não subscreveu.
 - 14 de Fevereiro — Tratado entre a Associação Internacional do Congo e Portugal.
 - 26 de Fevereiro — termina a Conferência de Berlim.
 - 18 de Julho — é criado o Distrito do Congo, cuja organização e instalação contudo só se fez em virtude do Decreto de 31/05/1887.
- 1886 — No início do ano, Serpa Pimentel "toma posse" do enclave de Cabinda em nome do Governo Português.
 - 2 de Maio — Convenção franco-portuguesa traça (mas não demarca ainda no terreno) a fronteira norte de Cabinda.
 - 30 de Dezembro — Convenção luso-alemã (sobre a fronteira no sul de Angola, ainda não ocupado).
- 1887 — 14 de Julho — chega a Cabinda a "expedição ocupante" e o primeiro Governador do Congo, João de Brissac das Neves Ferreira.
- 1888 — Ocupação do Ambrizete e de Quicembo.
- 1890 — 10 de Julho — Cabinda é elevada à categoria de Vila.
 - Tratado luso-britânico sobre a fronteira leste.
 - Fim da independência do Bié e ocupação pelas forças portuguesas.
- 1902 — Morte de Mutu-ya-Kevela e fim da revolta do Bailundo; morte do soma do Huambo, Livongue, e ocupação colonial do Huambo.
- 1905 — Maio — fixação da fronteira angolana com a Rodésia do Norte (Zâmbia).
- 1913 — 27 de Junho — foi criada a Circunscrição de Cabinda, da Intendência do mesmo nome.
- 1913/16 — Grande revolta de Álvaro Buta no Distrito do Congo.
- 1915 — Após algumas derrotas, os Portugueses vencem finalmente os Ovambo no sul de Angola e tomam Ngiva, mas Mandume refugia-se do outro lado da fronteira e resiste ainda até 1917.
- 1917 — Foi transferida para Maquela do Zombo a sede do Distrito do Congo; mas só em 1919 se tornou efectiva a mudança. Cabinda ficou a constituir, com todos os territórios a norte do Zaire, o Distrito de Cabinda, separado do do Congo.
- 1921 — O Alto Comissário Norton de Matos decreta novamente a incorporação de Cabinda no Distrito do Congo. Passa a Intendência, continuando subordinada a Maquela do Zombo.
- 1922 — Passa a depender do recém-criado Distrito do Zaire.
- 1932 — Com a junção dos Distritos do Zaire e Congo, sob a designação de Distrito do Zaire-Congo, a Intendência de Cabinda ficou directamente subordinada ao Governo-Geral de Angola.
- 1934 — De novo criado o Distrito de Cabinda, com suas subdivisões e divisões em circunscrições. Com a divisão de Angola em 5 Províncias e 14 distritos, Cabinda fica dependente do governo de Luanda.
- 1945 — Desliga-se do governo do Distrito de Luanda e passa a depender directamente do Governo Geral de Angola (sede em Luanda).
- 1946 — É nomeado para Cabinda — agora Distrito de Cabinda — o Governador Raúl de Lima.
- 1956 — A Vila de Cabinda é elevada à categoria de cidade por Diploma Legislativo 2757.
- 1961 — A partir deste ano, devido ao início da luta armada de libertação nacional, os Governadores de Distrito de Cabinda são sempre militares, acumulando quase todos a função de Comandante do Sector Militar.





A criação no JANGO duma página permanente sobre a África Austral obedece a duas principais considerações:

- a necessidade de conhecermos melhor o espaço em que o nosso País está inserido;
- o direito que a República Popular de Angola conquistou em fazer ouvir a sua voz nesta muito importante zona do continente africano, para cuja descolonização definitiva deu contributo tão abnegado como frutuoso.

Nesta nossa primeira página, não será necessário explicar as razões que nos levam a homenagear Nelson Mandela, sem dúvida o maior vulto político deste subcontinente.

Escolhemos o discurso feito por ele a 11 de Fevereiro de 1990, quando o grande combate travado em todo o mundo — e, com orgulho lembramos, também pela República Popular de Angola — obrigou o regime do apartheid a libertar, ao fim de 27 anos de prisão, este grande dirigente da África Austral.



«Esperámos demasiado tempo pela nossa liberdade»

Nacional sobre a Crise na Educação, o Congresso da Juventude Sul-africana, os Congressos Indianos do Transval e Natal e as muitas outras formações do Movimento Democrático de Massas.

• A consciência dos brancos

Saúdo também o movimento «Black Sash» e a União Nacional dos Estudantes sul-africanos. Notamos com orgulho que vocês têm actuado como a consciência dos brancos sul-africanos. Mesmo durante os dias mais sombrios da história da vossa luta, vocês mantiveram erguida a bandeira da liberdade. As mobilizações de massas em grande escala nos últimos anos constituem um dos factores chave que levou à abertura do capítulo final da nossa luta.

Estendo as minhas saudações à classe operária do nosso país. A vossa força organizada é o orgulho do nosso Movimento. Vocês continuam a ser a força em que mais podemos confiar na luta para terminar a exploração e a opressão.

Presto tributo às muitas comunidades religiosas que organizaram campanhas pela justiça quando as organizações do nosso povo estavam silenciadas.

Saúdo os chefes tradicionais do nosso país. Muitos de vós continuam a caminhar nas pegadas dos grandes heróis como Hintsa e Sekhukhuni.

Presto tributo ao infindável heroísmo da juventude. Vocês, jovens leões, revigoraram todo o nosso combate.

Presto tributo às mães, esposas e irmãs da nossa nação. Vocês são os alicerces da nossa luta. O apartheid infligiu-vos uma dor maior do que a ninguém.

• Os sacrifícios da Linha da Frente

Nesta ocasião, agradecemos à comunidade mundial pela sua grande contribuição para a luta anti-apartheid. Sem o vosso apoio, a nossa luta não teria alcançado esta tão avançada etapa. Os sacrifícios dos países da Linha da Frente serão recordados para sempre pelos Sul-africanos.

As minhas saudações estariam incompletas se não exprimisse o meu profundo reconhecimento à minha querida esposa e família, pela força que me deram durante os meus longos e solitários anos de prisão. Estou convencido que a vossa dor e o vosso sofrimento foram muito maiores do que os meus.

Antes de continuar, desejo referir que tenho a intenção de fazer

hoje apenas alguns comentários preliminares. Farei uma declaração pública mais completa apenas depois de ter a oportunidade de consultar os meus camaradas.

Hoje, a maioria dos Sul-africanos, pretos e brancos, reconhecem que o apartheid não tem futuro. Tem de se acabar com ele pela nossa acção de massas, decisiva, de maneira a construir a paz e a segurança. A campanha massiva de desafio e as outras actividades da nossa organização e do nosso povo só podem culminar com o estabelecimento da democracia.

A destruição causada pelo apartheid no nosso subcontinente é incalculável. A vida familiar de milhões de pessoas do nosso povo foi estilhaçada. Milhões de pessoas estão sem lar e sem emprego, a nossa economia está em ruínas e o nosso povo está mergulhado na luta política.

• A luta armada — não temos outra opção senão continuar

A nossa opção pela luta armada em 1960, com a formação da ala militar do ANC «Umkhonto we Sizwe», foi uma acção puramente defensiva contra a violência do apartheid.

Os factores que levaram à luta armada ainda existem hoje. Não temos outra opção senão continuar. Expressamos a esperança de que se crie rapidamente um clima que conduza a um acordo negociado, de maneira que não haja necessidade de luta armada.

Eu sou um membro do ANC leal e disciplinado. Eu concordo plenamente com todos os seus objectivos, estratégias e tácticas.

A necessidade de unir o povo do nosso país é uma tarefa tão importante agora, como sempre tem sido. Nenhum dirigente pode cumprir sozinho esta enorme tarefa.

É nossa tarefa, como dirigentes, expor os nossos pontos de vista à Organização e deixar que as estruturas democráticas decidam o caminho a seguir. Sobre a questão da prática democrática, sinto-me obrigado a salientar que um dirigente do Movimento tem que ser uma pessoa que tenha sido democraticamente eleita numa conferência nacional. Este princípio tem de ser cumprido sem excepções.

• Insistência num encontro

Gostava hoje de vos dizer que as minhas conversações com o

Governo têm tido como objectivo a normalização da situação política no país. Ainda nem sequer começámos a discutir as exigências básicas da luta. Gostaria de salientar que eu próprio, em nenhum momento, entrei em negociações sobre o futuro do nosso país, excepto para insistir num encontro entre o ANC e o Governo.

O Senhor De Klerk foi mais longe do que qualquer outro presidente Nacionalista no empreendimento de novos passos para normalizar a situação.

Há, no entanto, outros passos, como os delineados na Declaração de Harare, que têm de ser empreendidos antes que possam começar negociações sobre as reivindicações básicas do nosso povo.

Reitero o nosso apelo para, entre outras coisas, o fim imediato do Estado de Emergência, e para a libertação de todos os presos políticos, e não só de alguns.

Só uma situação assim normalizada, que possibilite uma actividade política livre, nos pode permitir consultar o nosso povo para obter um mandato.

• Não às escondidas do povo

O povo tem de ser consultado sobre quem vai negociar e sobre o conteúdo de tais negociações. As negociações não podem ter lugar por cima das nossas cabeças ou por detrás das costas do nosso povo.

(Conclui na última página)

Cunene — a história dum projecto

Armindo Gomes da Silva

O rio Cunene nasce no planalto central de Angola. Tem uma bacia hidrográfica de 130 000 km² dos quais 95 000 km² são em território nacional angolano e constitui fronteira entre Angola e a Namíbia desde as quedas do Ruacaná até à foz. É por isso um rio internacional nos seus últimos 300 km, dado tratar-se de um rio contíguo a duas nações.

Apesar de já existir um acordo de princípios sobre o rio Cunene que data de 1868, estabelecido entre o Imperador da Alemanha e o Rei de Portugal, foi verdadeiramente a partir de 1926, com a delimitação das fronteiras, que foram tidas em consideração as carências hídricas da Namíbia, tendo-se, então, comprometido Portugal a fornecer-lhe água para fins humanitários e a estudar a possibilidade duma derivação do rio, por gravidade, mediante a construção duma barragem no Calueque.

Em 1962 a República da África do Sul, invocando o Acordo de 1926, solicitou que se retomassem as negociações, com vista ao abastecimento de água e energia do Sudoeste Africano.

Iniciadas as negociações em 1962, Portugal levantou a questão de, nas relações entre os dois países e no que tocava a rios internacionais, não haver só a considerar o Cunene, mas todos os rios do Sul de Angola que penetravam em território do Sudoeste Africano e também os rios que, da República da África do Sul, penetravam em Moçambique.

No «Acordo de Princípios» que acabou por ser aceite pela República da África do Sul, estabeleceu-se que o conjunto de uma bacia dum rio internacional deve ser tratado, no aspecto de planeamento global da sua utilização, tal como se de um único país se tratasse.

Assim, seria com base num plano ou esquema geral visando a optimização do aproveitamento conjunto, que deveriam discutir-se os aspectos específicos dos vários aproveitamentos, podendo levar um país de jusante a participar nos investimentos de um empreendimento, a grande distância das fronteiras, desde que do mesmo venha a retirar certas vantagens.

(Conclui na página 5)



«O mais destacado elemento activo

“Jangada” com os Eng.º Marcelino e Eng.º CASTANHEIRA DINIS

Castanheira Diniz. Alberto. Português, beirão. Ou será antes cidadão do Mundo? Engenheiro agrónomo, pedologista. Muito mais do que isso, ledor argutíssimo de paisagens. Sessenta e alguns (bastantes...) anos. De estatura avantajada. Como felizmente acontece quase sempre, se não o que seria dos frâcotes, nunca me constou que o CD empregasse o físico como argumento. Sempre optou pela conversa pachorrenta, lúcida e observadora.

Duvido que haja à face da terra e, se me permitem o humor negro, mesmo sob a dita, alguém que conheça proporção maior da enorme superfície de Angola, do Luiana ao Maiombe, de Cazombo à Foz do Cunene, de... nem vale a pena citar mais, duvido que escapasse algum diâmetro da Rosa dos Ventos angolana. Repare-se porém que não se trata do conhecimento por sobrevoação ou por rasgar rodoviário a 120 à hora... é conhecimento de pé posto, não só o exame profissional do solo, mas a análise minuciosa da paisagem ecológica, o questionamento e interpretação constantes das coisas, dos factos e dos homens.

Debruce-se, quem não conheça já, sobre duas das obras mais importantes da vasta lista dos seus escritos, “Características Mesológicas de Angola”, de 1973 e “Angola. O Meio Físico e Potencialidades Agrárias”, de 1991. Ficarà sem dúvida a saber muito melhor o País que temos, talvez mesmo o País que somos.

Mas o Eng.º Castanheira Diniz não conhece só Angola. Conhece com bastante profundidade outros países africanos de expressão portuguesa e andou por terras da Sibéria, da América e da Austrália, sem falar, claro, da Europa natal. Aqui há uns anos disse-me que ainda não tinha estado na Antártida mas é bem capaz de ter entretanto colmatado essa brecha do seu globe-trotterismo...

Considero felicíssima a oportunidade de JANGO poder iniciar as suas entrevistas precisamente com este homem de Angola e do mundo.

• Sobre a região da Cela

JANGO — Diz-se que a Cela foi escolhida como local para o famoso Colono estadonovista pelo Governador Geral conhecido por capitão Agapito, porque ele voou baixo sobre a zona e gostou muito da paisagem, que aliás é linda. Os estudos de solos viriam depois, que isso de ocupação científica de territórios não era com os portugueses... a confirmar felizmente, ao que suponho, o visionarismo agapitense. Ora o Castanheira Diniz trabalhou durante alguns anos no estudo de solos da Cela e chegou a ser, durante o Governo Deslandes, Presidente do Colono da Cela. Gostaríamos que nos dissesse qual, a seu ver, a importância que a zona da Cela poderá assumir (ou talvez voltar a assumir) como pólo de produção agrícola e de abastecimento do colosso demográfico e semi-árido de Luanda.

CASTANHEIRA DINIZ — A paisagem da Cela é de facto surpreendente. Emoldurada por magestosos *inselberge*, de que se salientam os morros Kungo, Goa e Waku, ressalta a extensa planície do Cussói a intercalar-se entre o Queve e a cadeia de montanhas que antecede os altiplanos da Sanga e do Bimbe. A importância da Cela deriva da elevada potencialidade para a pecuária leiteira e para a produção de frescos, neste aspecto a evidenciar-se o fácil acesso a Luanda, e das possibilidades da exploração hortofrutícola se poder estender por largo período do ano, incluindo boa parte da época chuvosa. Pensa-se que a Cela poderá vir a retomar a posição que já desfrutou, dado que se conhecem as potencialidades agro-pecuárias do meio, as técnicas culturais e de manejo da exploração a adoptar, e os condicionamentos sanitários que pendem sobre a criação bovina e a forma de os controlar.

JANGO — Deverá na zona Cela-Catofe voltar a desenvolver-se uma bacia leiteira à base de raças exóticas ou optaria por outros tipos de gado? E que culturas deveriam constituir a base do desenvolvimento agrícola da região?

C. D. — É evidente que a Cela-Catofe deverá desenvolver-se dentro duma óptica de produção leiteira, aproveitando e recuperando as estruturas existentes, e com base numa rede de pequenas e médias unidades de exploração, tendo em conta a capacidade técnica dos intervenientes. Sob este aspecto o “Estudo de Viabilidade Técnico-Económica do Complexo Agrário da Cela” elaborado em 1981 para o Ministério da Agricultura da RPA, define determinados rumos de actuação. Das culturas, há que salientar as do milho, girassol, soja e batata, além das produções hortícola e forrageira.

JANGO — Continuará a ser válida a ideia de incrementar na zona a cultura do café de savana?

C.D. — A cultura do café robusta de savana tem de facto muito interesse, como alternativa ao café da mata, uma vez que, nesta, os condicionamentos topográficos dificultam ou impedem o recurso à mecanização agrícola. Requerem-se todavia condições favoráveis quanto a clima e solos, as quais se tornam tanto melhores quanto mais próximo das zonas cafeeiras tradicionais do Amboim e Libolo. Daí poder considerar-se que a Cela é já marginal para este tipo de exploração agrícola.

• Sobre o Projecto Capanda

JANGO — Infelizmente tem sido pecha de grande parte dos governos terceiro-mundistas enveredarem por mirabolantes e sumptuosos “elefantes brancos”, devoradores de milhões que antes deveriam ser gastos na resolução dos tais problemas do povo do slogan demagógico que todos conhecemos. A RPA não fugiu à regra. Estou a lembrar-me do Projecto Lukapa, do Projecto Mausoléu e do Projecto Capanda.

O Projecto Lukapa não chegou afinal a nascer, abortou praticamente à nascença, embora tenha consumido na fase pré-natal, ao que consta, vultuoso kumbu.

O Projecto Mausoléu nasceu, com outra dimensão e outra prioridade vai ser uma realidade, na sua génese jogaram factores emocionais e patrióticos defensáveis...

O Projecto Capanda há muita boa gente que diz que foi mesmo prematuro e extemporâneo, que teria sido muito mais lógico avançar-se para a segunda fase do Projecto Cambambe (alteamento da barragem) e que a ele presidiu de facto uma mentalidade brancoelefantista, apadrinhada pelos soviéticos e pelos brasileiros por razões que teriam muito pouco a ver com um real desejo de Angola se desenvolver... Mas claro que Capanda é hoje uma realidade muito diferente da da cidade fantasma do Lukapa e do Mausoléu, uma realidade que “estamos com ela” e que temos que aproveitar o melhor possível. Com o seu conhecimento das potencialidades de regadio da região e dos seus solos, como vê o Castanheira Diniz o papel real que Capanda pode desempenhar como factor de desenvolvimento agro-pecuário do Médio Kwanza?

C.D. — Também tive oportunidade de intervir no projecto Capanda, em 1985, através dum estudo de inventariação dos recursos em terras com aptidão para o regadio da Bacia Média do Cuanza, estudo que efectuei a pedido do Ministério do Plano da RPA. Em vez dos alguns centos de milhar de hectares de possível beneficiamento com a rega, dado que na altura se propalava, o estudo revelou que no médio Cuanza existem 28 000 ha de terras de interesse hidro-agrícola, dos quais somente 18 000 poderão beneficiar directamente de Capanda.

JANGO — Vê alguma viabilidade num grande regadio para algodão?

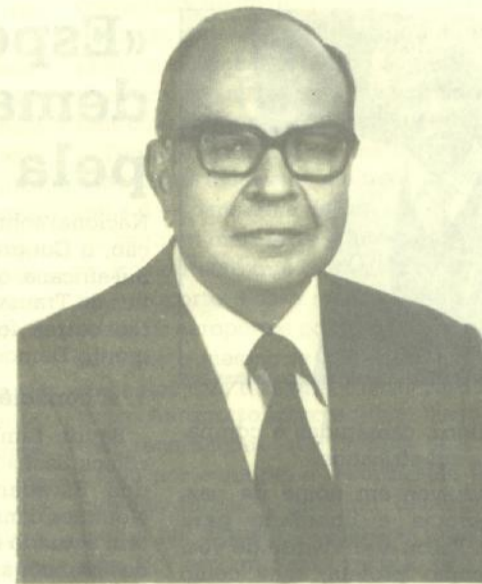
C.D. — As potencialidades de Angola para a cultura do algodão de regadio são elevadas. Desde o Dande ao Baixo Cunene, passando pelo Longa, Cuvo e Coporolo, há sempre possibilidades de se definirem extensas áreas potencialmente muito válidas. No que respeita ao vale do Cuanza, a zona de interesse prolonga-se desde o Dondo até ao Bom Jesus, nela se incluindo as extensas baixas do Mucoso-Lucala e da Muxima. Ora, quanto às conclusões do referido estudo de Capanda, há dois importantes benefícios a focar, ou seja a regularização dos caudais do Cuanza e a possibilidade do rio Mucoso, que nasce junto da barragem, poder servir de canal natural de condução dos caudais necessários à rega. Deste modo, abrem-se vastas perspectivas de desenvolvimento para o Baixo Cuanza.

JANGO — Tratando-se duma zona glossinada, que perspectivas de desenvolvimento pecuário julga aceitáveis para a região?

C.D. — As perspectivas de desenvolvimento pecuário e até porque se trata de uma zona glossinada, são muito escassas, sendo inviável tal tipo de actividade enquanto se mantiver como tal. Relativamente ao território angolano não escasseiam as áreas planálticas a sul do Cuanza, para além de outras, onde a pecuária bovina terá pleno sucesso sem correr riscos de afectações pela tsé-tsé.

• Sobre a cana sacarina e o açúcar

JANGO — Julgo saber que fez equipa com o Eng.º Amílcar Cabral na cartografia da então chamada Propriedade do



Cassequel, uma das 4 açucareiras da fase final do período colonial em Angola. Conheço os seus trabalhos sobre zonas potenciais de Angola para a implantação de novas açucareiras. Sei que Angola, de exportador de açúcar pelo menos para adoçar a lusa Metrópole, virou importador do dito produto, cuja raridade se consubstancia nos preços mirabolantes que atinge no mercado paralelo (ou concorrente, já que parece que os dois conceitos, bem diferenciados em geometria, são uma e a mesma coisa em economia...). As causas todos sabemos: para além da guerra, a marginalização e a hostilização dos quadros competentes que tinham permanecido no País independente, a pesporrência atrevidota de fazer melhor que o colono mesmo sem possuir a competência profissional necessária, etc., etc. A primeira pergunta que a este respeito lhe quero fazer é a seguinte: considera uma hipótese viável a cultura da cana sacarina pelo camponês para fabrico de açúcar em pequenas unidades artesanais?

C.D. — A questão essencial a ter em conta é que nas áreas onde a cana sacarina tem melhor adaptação cultural e consequentemente poderia constituir factor interessante de desenvolvimento numa perspectiva de economia familiar, a população camponesa é escassa, dado os casos do Caxito e da Catumbela não servirem de paradigma.

JANGO — Partindo do princípio que as antigas açucareiras de Angola justificam todas elas uma recuperação, qual delas deveria ser a primeira prioridade?

C.D. — As açucareiras em Angola datam do início do século, sucedendo às unidades produtoras de aguardente de cana. Perduraram ao longo dos anos, apesar dos condicionamentos e estrangulamentos que as afectavam, porque acima de tudo dispunham de abundante mão-de-obra, de fácil recrutamento e barata. Após a Independência, o reduzido dimensionamento e as vicissitudes de vária ordem, reduziram a actividade açucareira ao Cassequel, e ao Dombe Grande. De todas as unidades, porém, somente esta última poderá ter viabilidade, dada a possibilidade de se atingir o dimensionamento ideal de 7 ou 8 000 ha e caso se venha a dispor, por outro lado, dos caudais de rega necessários através da barragem de retenção e armazenamento a erguer no Coporolo.

JANGO — Onde, no contexto actual, julga que seria mais lógico investir numa nova açucareira?

C.D. — A questão do investimento numa nova açucareira merece cuidada ponderação. Duas localizações poder-se-ão colocar à cabeça: no Mucoso-Lucala (Dondo), agora que o Cuanza ficará regularizado e se poderá dispor de rega por gravidade e no Baixo Cunene, em local a seleccionar. As vantagens e inconvenientes dum e doutro lugar são discutíveis, bem como doutros que porventura mereçam interesse. Quanto ao Dondo, a localização é estrategicamente vantajosa sob todos os aspectos, tendo em desfavor um rendimento industrial mais baixo, enquanto o Cunene tem a vantagem dum melhor rendimento industrial, mas é marcante o afastamento dos mercados.

• Sobre o Leste de Angola

JANGO — O Leste de Angola, o mundo das areias lavadas, a imensidão despovoada que é metade de Angola, rico em



da agricultura angolana é o camponês»

água, em "feijão branco", em cultura e em tradição histórica mas irremediavelmente pobre em solos de boa qualidade, tem sido, talvez por isso mesmo, o grande esquecido dos serviços oficiais de agricultura, sejam eles de extensão, de investigação ou de fomento. Quanto a empresas privadas apenas tenho na memória o algo fantasista Projecto Luso das organizações VINHAS, que dava os seus primeiros passos na véspera do 25 de Abril. Como é que o Colega entende que deveria ser abordado, e julgamos que deve sê-lo quanto antes (o povo esquecido do Leste tem pleno direito a isso), o desenvolvimento agro-pecuário daquela zona?

C.D. — O interior Leste tem potencialidades marcantes no domínio agro-pecuário, mas que todavia nunca foram verdadeiramente equacionadas, exceptuando o caso da Diamang que, dentro dum contexto especial sem dúvida, veio pôr em evidência, através duma multifacetada actividade agro-pecuária, quanto a terra é pródiga em recursos. Penso que ao Leste angolano estará reservado papel importante dentro duma perspectiva de desenvolvimento geográfico, isto é, a estender-se até aos territórios vizinhos dos países limítrofes, como o Shaba e a Zâmbia, relações que no passado foram apenas incipientes, mas que futuramente poderão assumir papel importante, sobretudo nos domínios da comercialização da produção agrícola e pecuária.

JANGO — Pode concretizar algumas das culturas vegetais ou animais que considera mais viáveis para a região?

C.D. — Há uma gama de culturas que poderão interessar ao Leste angolano, bem adaptáveis aos solos arenosos, como a mandioca, a jinguba, o massango e o vielo e, nas baixas húmidas, o arroz e a batata doce.

JANGO — A parte não arenosa do saliente de Cazombo terá uma aptidão agrícola com algumas semelhanças com a do Planalto Central?

C.D. — O saliente de Cazombo sendo paisagisticamente bastante diversificado, pouco tem a ver com as extensas planuras arenosas do Leste que se quedam no curso do Zambeze. Sem dúvida que a cultura do milho tem muito interesse, patenteando-se condições de produtividade tão boas ou melhores do que as do Planalto Central.

• Mensagem aos técnicos agrários angolanos

JANGO — Eram estas as questões que desejava abordar consigo. Em minha opinião, esperemos que a História um dia o reconheça, uma das coisas importantes, passe a imodéstia, que os "sobreviventes" agro-universitários do Huambo conseguiram fazer nos duros anos da guerra e do bloqueio consequente, que foram também os duros anos da ignorância, por vezes tocando as raíais da hostilização, a que os mandantes de Luanda e também do Huambo nos devotaram (salvos raras e honrosas excepções), foi manter de pé e a funcionar, com um mínimo de dignidade e qualidade, a Faculdade de Ciências Agrárias.

O "output" de quadros formados por esta Escola, a que seria injusto não acrescentar as dezenas de quadros agrários

formados no exterior do País, constitui hoje uma população já apreciável, sobre cujos ombros pesa e vai pesar cada vez mais a responsabilidade pelo desenvolvimento agrário deste País, a quem alguém expressivamente chamou, numa reunião da SADCC, "the sleeping giant".

Gostaria, a concluir, que o Castanheira Diniz lhes deixasse aqui, como mais velho que todos os técnicos agrários de Angola conhecem e respeitam, uma mensagem, ditada pela sua experiência e pelo seu conhecimento do nosso País, sobre o potencial agro-pecuário de Angola e as condições que considera mais necessárias para a concretização desse potencial.

C.D. — Ter sempre presente que o mais destacado elemento activo da agricultura angolana é o camponês, bom conhecedor do meio onde tradicionalmente vive e trabalha a terra, ávido em absorver as práticas e técnicas que lhe sejam prestadas, com o objectivo de melhorar as condições de produção e consequentemente o seu nível de vida, tendo sabido suportar, com verdadeiro estoicismo e ao longo de muitos anos, a adversidade. Alcançada a paz, que os técnicos agrários de Angola ponham desde agora todo o seu saber, dedicação e entusiasmo ao serviço da actividade agrícola do sector camponês, com a preocupação de o promover social e economicamente. Penso que será um desafio de elevado significado, uma vez que se trata de impulsionar um sector de actividade com enormes potencialidades e ao qual caberá futuramente um papel muito destacado, talvez o mais importante, quando se traçarem, a nível global, os rumos do desenvolvimento socio-agrário do País.

Cunene — a história dum projecto

(Conclusão da página 3)

Dentro desta ordem de ideias veio a firmar-se um acordo, relativamente aos rios de interesse comum e ao esquema do rio Cunene, em 13 de Outubro de 1964.

À luz do Acordo de 1964 foi, então, assinado novo acordo em 21 de Janeiro de 1969, para a realização de uma série de empreendimentos, já aprovados a nível do esquema geral, o mais importante dos quais, pelas suas consequências em todo o vale, seria a barragem do Gove que aumentaria os caudais de estiagem do rio, da ordem dos 5 a 10 m³/s, para 80 m³/s.

Como consequência de tal acordo e para suceder ao «Grupo Técnico para os Estudos e Execução das Obras da Bacia do Cunene e Cuvelai» foi então criado, pelo governo português, o «Gabinete do Plano do Cunene», directamente dependente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino, do Ministério do Ultramar e, portanto, com sede em Lisboa. Através do Decreto Lei n.º 602/75, promulgado em 20 de Outubro de 1975 e publicado no *Boletim Oficial* n.º 261, 1.ª Série, de 8 de Novembro de 1975, o Gabinete do Plano do Cunene deveria ter sido transferido para Angola com todo o seu património.

Posteriormente à nossa Independência, foram desencadeadas algumas acções isoladas de ambas as partes, República Popular de Angola e República da África do Sul.

Conforme atesta o Relatório da Delegação do Gabinete do Plano

do Cunene, de 29 de Março de 1976, este Gabinete foi totalmente desfalcado em quadros e meios materiais, perigando, desde essa data, o funcionamento da estrutura que respondia pela gestão da bacia do rio Cunene.

Em 16 de Abril de 1976, a Direcção dos Serviços Hidráulicos remete para apreciação superior um relatório detalhado sobre o rio Cunene, concentrando as suas propostas na transferência do Gabinete do Plano do Cunene de Lisboa para Luanda, por materialização do Decreto Lei n.º 602/75, e na concentração de esforços no atendimento à barragem do Gove — aproveitamento hidráulico do Cunene que condiciona todos os programas do médio e baixo Cunene.

Em Julho de 1976, efectuou-se uma visita ao Cunene para um encontro com os responsáveis da empresa encarregada da construção das barragens do Ruacanã e Calueque. No relatório apresentado, a barragem do Calueque levantava duas questões que contrariavam o Acordo de 1969, sendo uma, as cotas topográficas do coroamento da barragem e a outra o facto de existirem cinco grupos de bombagem a serem instalados, em vez de dois. Ainda se inferiu a necessidade de uma Direcção para a Exploração do Aproveitamento do Calueque e reforçou-se a necessidade da transmissão do património do Gabinete do Plano do Cunene, de Lisboa para Luanda.

Da Coordenação e Reactivação do Plano do Cunene, vinculada ao Gabinete do Terceiro Vice-Primeiro Ministro, foi, em 17 de

Novembro de 1977, emitido um documento de considerações gerais sobre a gestão da bacia do Cunene e sua inserção no programa de desenvolvimento do Sul de Angola.

Apesar das grandes perspectivas de desenvolvimento para a região sul do nosso País terem sido seriamente contrariadas, durante vários anos, por força da guerra que nos foi imposta, as autoridades angolanas procuraram dar o atendimento possível, quer colaborando com a realização das obras de Calueque e Ruacanã, quer tentando ultrapassar, por encontros de Delegações Técnicas de ambos os países, as questões surgidas com a operação dos sistemas hidráulicos já concluídos e em funcionamento ao longo da bacia do rio Cunene.

Mais recentemente, com a independência da vizinha República da Namíbia a 21 de Março de 1990, foram efectuadas algumas reuniões de alto nível, nomeadamente: «Acordo firmado no Lubango a 18 de Setembro de 1990, entre os governos da República Popular de Angola e da República da Namíbia», onde os dois Governos afirmam e endossam os termos gerais dos Acordos anteriormente firmados entre Portugal e a África do Sul e acordam o seguinte:

1 — Estabelecer uma Autoridade Conjunta Operacional (conforme referida no artigo 4.2.8 do dito Acordo de 1969) para assegurar:

a) o máximo benefício da regularização do caudal do rio Cunene no Gove e o controlo dos desvios de água ao longo do médio Cunene;

b) a contínua operação e adequada manutenção do sistema de bombagem no Calueque e no açude do Ruacanã.

2 — Permitir à Comissão Técnica Conjunta Permanente (estabelecida nos termos do artigo 2.2 do dito Acordo de 1969) avaliar o desenvolvimento de esquemas de aproveitamento adicional do rio Cunene com vista a acomodar as necessidades presentes e futuras de electricidade em ambos os países.

Em Janeiro de 1991, por força do Despacho Presidencial n.º 3/91, foram designados os membros da parte angolana da CTPC (Comissão Técnica Permanente Conjunta Angola/Namíbia) sobre o desenvolvimento e utilização do potencial hídrico do rio Cunene, que se ocuparam de imediato em implementar as acções acordadas entre os dois governos, na qualidade de Estados soberanos, havendo a salientar de entre outras actividades:

— O estudo do Plano para a Utilização Integrada dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Cunene que constitui o Projecto 3.05 da SADCC-Energia.

— O estudo do Baixo Cunene, nomeadamente as questões ecológicas e de impacte ambiental relacionadas com o clima frágil desta região, associado às questões de pré-viabilidade e viabilidade no domínio da geração de energia eléctrica. De notar que o governo da República da Namíbia manifestou interesse em desencadear o Projecto da Barragem EPUPA II, estando o estudo da região

do Baixo Cunene inteiramente relacionado com a tomada de decisão da construção ou não desta barragem.

Recorde-se que dada a extensão da bacia hidrográfica do rio Cunene, nela são consideradas três grandes zonas:

Zona do Alto Cunene que, pelo seu clima favorável, aconselha a construção de grandes reservatórios para regularização dos caudais necessários a jusante;

Zona do Médio Cunene que, pela riqueza dos seus solos, aconselha a utilização dos recursos na agricultura e agro-pecuária por excelência;

Zona do Baixo Cunene que, pela orografia do terreno, aconselha a construção de barragens hidroeléctricas com recurso a pequenas e médias albufeiras, face ao seu frágil clima desértico e semi-desértico.

— Entretanto, a barragem do Gove, aproveitamento de interesse estratégico para a região, desde a última sabotagem perpetrada em Fevereiro de 1990, foi colocada numa situação de iminente colapso. Esta situação excepcional obrigou o governo da República Popular de Angola a desencadear uma série de medidas de emergência que culminaram, mais recentemente, num projecto de reparação e instrumentalização da barragem que monta a algumas centenas de milhar de dólares, por forma a repor o seu normal funcionamento.

Numa próxima oportunidade serão dadas a conhecer as acções desenvolvidas pela parte angolana da CTPC, bem como do GABHIC (Gabinete para a Administração da Bacia Hidrográfica do Rio Cunene).



Os Gatos

Eu devia um texto aos gatos. Há muito tempo. Que eu gosto de gatos. Há muito tempo.

Só há pouco soube pela Mãe que o Pai também gostava de gatos. Fiquei agradado. Quanto mais teria ficado se o tivesse sabido na Nova Lisboa de há cinquenta anos. Não precisaria então de esconder a brincadeira com o Finaud antes de adormecer na sala de visitas que me era o quarto. À luz da frincha da porta para a sala de jantar, onde o Pai seroava esforçadamente ao estirador para ganhar mais uns cobrezitos. Julgava que o Pai tolerava os gatos só porque os filhos gostavam deles e os brinquedos não eram muitos. Não sabia que ele gostava de gatos. Não sabia.

Mas sei e sempre soube que eu gosto de gatos. Há pessoas que gostam de gatos e há pessoas que não gostam. O mais velho Albano diz que também gosta. A Maria Aldina gostava imenso e espero que ainda goste. Mas há quem não goste. A Fanny diz que não consegue gostar. O Walt Disney não gostava mesmo nada. E os seus kambas e sucessores também não. E por isso os desenhos animados, cartoons como eles lhes chamam, são sempre, mas sempre, contra os gatos. E os patifóides dos ratos são os heróis, fazem gato sapato do gato, ganham sempre aos gatos...

O Padrinho tinha uma Enciclopédia que gostava muito de gatos. Gostava até ao exagero. Que assim também não. O mais belo dos mamíferos não é nada o gato. Pelo menos naquele tempo não era. Era a Ava. A Gardner, pois, a da Pandora e das Neves de Kilimanjaro.

Falou-se muito de uma gata em telhado de zinco quente. Engraçado. Eu lembro-me é duma gata em telhado de capim. Em uma das primeiras casas da minha vida. Uma gata que associo sempre à imagem da maternidade desvelada. Que nos presenteou com três inesperados gatinhos nados e criados às escondidas no telhado. Transportados amorosamente, já crescidos, pelo cachaço, como as mães gatas sabem fazer tão bem. Um a um para dentro de casa, um a um como não podia deixar de ser, mas quero crer também que para dar um arzinho de suspense ao evento.

Tenho a mania de associar os gatos às coisas belas, às coisas grandes. Até às coisas de Deus, que me seja perdoado. Quando o Finaud amanheceu esticadinho, completamente morto sem remédio à porta do quintal, eu sofri. Sofri demais como diria um brasileiro. E sofri ainda mais demais porque me haviam dito na catequese que os bichos não tinham alma nem portanto qualquer hipótese de céu depois do baicanço. Como eu sofri. Não ver mais o Finaud no outro mundo. E neste já não podia ser nada...

Também houve um estranho gato na minha vida que nunca existiu. E mesmo assim me agravou o sarampo. Um gato sócia do cãozinho Mickey (cá está o sacaninha do Disney...) que a Lalá inventou. Nada de confusões. Inventou o gato, não inventou o Mickey, que este existiu mesmo. Mas já não existia.

Sabes, Fernando, um carro atropelou na rua um gato que parecia mesmo o nosso Mickey...

Mas não pensem que os meus gatos são todos puro passadismo. Nada. Há uma fase bem recente de muitos gatos. No Largo Kussy, Huambo. Uma pléiade de gatos. Gatos que vêm e vão, gatos que vão e não vêm, gatos de morte morrida raramente e matada quase sempre. Ele são os miúdos lixeiros, ele é o cão do vizinho, ele é sabe-se lá quem.

Gato aliás gata que nos chega de surpresa, já muito madura, trazida num cestinho, que a dona abalou para outras terras. Sem nos ensinar o nome da bichana. Não sabemos sequer se o teve ou tem. E que chamaremos de Herança, que remédio. Gata acostumada a passado de luxo, mas que se habituou bem bem ao espartanismo do novo lar. Gata bela, luzidia e bela, meiga e muito parideira, parideira em excesso, teve-se que pô-la com outro dono. Gata meiga, dizia, mas ao executar limpamente os ratos da gaiola-ratoeira da nossa barbaridade, a Herança virava onça a aviar macaco, leão a mandar gnú desta para melhor.

A pléiade dos gatos modernos. Na casa do Largo Kussy, Huambo. E os nomes que a gente lhes inventou: Tango — homenagem a um porra de varina, que porra pó tango era menos elegante e muito comprido; Louco — se não era mesmo imitava muito bem; Rufa — que afinal não era macho e lá teve que dar-se uma volta ao Rufo da Ceia dos Cardeais; Speedy — pirraça ao rato; Scuby — abreviatura de Scubidu, obviamente, o sobrevivente da pléiade, pelo menos na casa.

Há quem calunie os gatos em favor dos cães. Que não dão pelo nome. Que nem conhecem o dono. Conhecem sim senhor. E até pode muito bem acontecer que sintam os problemas dos donos. Comigo aconteceu. Comigo e com o Speedy — pirraça ao rato, que acabaria aos dentes do cão do vizinho. Certa manhã indisposta em que fiquei de cama, não é que o bichinho não arredou pata do tapete, a mirar-me preocupadíssimo e muito compungido? Quase me senti defunto em velório, velado por um amgio velho.

Sóbrios e asseados, os gatos parece que não gostam de água, mas lavam-se, mas lambem-se que até lozem como diria outrora famoso milionário cá do sítio, especialista em calinadas que fizeram história, entre reais e inventadas. E não é que os gatos pankam baratas? E quanto mais gradas e estaladiças mais as saboreiam? E não tivemos em Benguela um gato muito homem, digo um gato muito gato, que se banque-teava com lacraus? E esta, hein?

Não há dúvida que há montes de razões para eu gostar de gatos. Hei-de gostar sempre de gatos. E digo-vos mais. Nessa coisa da vida eterna defendendo com unhas e dentes, e com as pequenas garras do meu gato actual, a teoria cheia de justiça de que ou há para os dois, o homem e o gato, ou não há para nenhum...

Fernando Marcelino

Aeroporto

— um espelho da nossa realidade

Rui Lopes

Um aeroporto é um sistema aberto com um modelo de funcionamento que pode ser desenvolvido ao mais ínfimo detalhe. Não é por ser considerado pelos especialistas em administração e gestão um dos modelos mais complexos de conceber e tratar devido ao elevado número de variáveis a ter em conta que um aeroporto não está sujeito às técnicas de gestão e aos princípios de administração. Afinal, administrar um aeroporto é no fundo estabelecer um meio em que as pessoas que nele interactuam possam atingir objectivos previstos, comumente aceites, com um mínimo de recursos e aborrecimentos.

Estive recentemente nos aeroportos de Windhoek, Johannesburg, Harare e Maputo. São todos aeroportos de países africanos. Uns maiores outros mais pequenos, uns com água quente nos WCs outros não. Uns com mais ou menos livros ou jornais à venda. O que é certo é que todos eles têm o necessário para que cumpram a função para que foram criados.

WCs limpos, com água, toalhas e papel higiénico, telefones para uso dos utilizadores, placas com indicações dos diversos serviços, placards com os voos a chegar e a partir, serviço de bar, restaurante e tabacaria, salas e bancos cuidados e limpos, pessoal simpático, solícito e devidamente uniformizado nos seus postos, bagagens rapidamente disponíveis, serviços de informações a viajantes. Taxis e autocarros à porta. Acima de tudo limpeza, limpeza e organização, organização, organização.

Não creio que haja espaço neste jornal para enumerar factos de acontecimentos lamentáveis ocorridos durante estes anos bem como tudo o que está mal no nosso aeroporto. Afinal de uma forma ou outra todos temos passado por lá (não estou evidentemente a falar da sala VIP).

De facto existem hoje técnicas de análise e estudo de sistemas que uma equipa pluridisciplinar poderia pôr em acção para avaliar a situação, identificar os problemas, conceber um modelo de funcionamento, propor decisões e enfim transformar o aeroporto num sistema com uma gestão racional, cumprindo a função para que ele existe e mais... a de obter receitas!

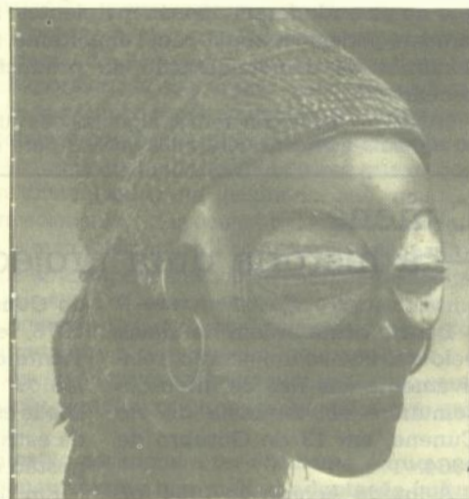
O que angustia, é o facto de que aquele espaço — que afinal os outros conseguem pôr a funcionar — aquele local, por onde chegam e partem diariamente centenas de angolanos e estrangeiros, é um local de constante agressão à dignidade do angolano.

Quantas vezes, durante as nossas passagens pelo aeroporto (não estou evidentemente a falar da sala VIP) perante situações caricatas de WCs imundos e sem água, atrasos enormes e sem qualquer explicação, demora de horas na entrega das bagagens, falta de ar condicionado, de bebidas e comidas, de jornais à venda, de telefones para telefonar, de guichets para informar, de taxis para sair daquele inferno... temos que ouvir, sem nada poder dizer, comentários, críticas, desabafos de estrangeiros — e não só — que nos obrigam a baixar a cara de vergonha por sermos angolanos.

Ao dar uma (primeira) imagem tão degradante e desorganizada para quem

está a acabar de chegar ao país, venha pela primeira vez ou não, estamos a permitir a generalização de uma ideia do angolano e do nosso país que de maneira nenhuma é justa, e estamos a dar aso que essa ideia se estenda a outras áreas da actividade do país com as consequências que daí advem.

Tenho viajado por alguns países e cidades e o que me fica na memória dessas viagens é — para além de um ou outro facto ou imagem mais forte — a imagem do primeiro contacto que evidentemente se faz no aeroporto. Posso recordar-me bem de todos os aeroportos por onde passei. Acredito que o mesmo se passará com muitos daqueles que tem que passar pelo nosso único Aeroporto Internacional. Faço ideia das recordações que muitos têm dele. Estou por exemplo a recordar-me de um cidadão inglês a procurar desesperadamente por alguém que falasse inglês porque, por estranho que pareça, não havia um único funcionário da emigração capaz



de lhe explicar na língua de sua Magestade a Rainha, o motivo porque o seu passaporte teria de ficar retido.

O hospital Américo Boavista pode ser um excelente projecto, as padarias com escolas anexas de 600.000 USD podem ser o "Ai Jesus" do Governo. No entanto haverá muito boa gente (particularmente se não viverem em Luanda ou se forem estrangeiros) que jamais necessitará dessas excelentes instituições.

Apesar disso quantos estrangeiros a viver neste país não passam pelo aeroporto? Quem, obrigado a viajar por via aérea, não terá de contactar com o "Aeroporto 4 e 5 de Fevereiro"? Não estou, evidentemente, a falar da sala VIP.

Pergunto-me a mim mesmo o que pode ter levado a que ao longo de 16 anos não se tenha cuidado convenientemente de tão importante local? Terá sido apenas um dos muitos exemplos de que este país é prodigo em confundir "gerir" com "fazer política" e "competência" com "confiança política"?

Penso que devíamos analisar convenientemente todos os fenómenos relacionados com o funcionamento do sistema que constitui o Aeroporto de Luanda. Quem sabe, não iríamos encontrar muitas explicações interessantes para perceber o modelo que foi implementado no macro-sistema que é o país República Popular de Angola? Evidentemente, o país real, não as zonas VIP!!

AS RAZÕES DO BEM FALAR

JANGO agradece à Dra. Edite Estrela, filóloga portuguesa, a autorização em utilizar o tão útil material dos seus livros "Dúvidas do Falar Português".

Como se deve pronunciar acordos?

Ouve-se, constantemente, na rádio e na televisão, pronunciar **acórdos** ou **acórdos**. Qual a pronúncia correcta?

É frequente a confusão na formação do plural deste tipo de palavras e por isso vamos começar por referir a regra geral e a sua razão de ser, para indicar, seguidamente, as excepções.

Diz a "lei" que os substantivos e adjectivos terminados em o átono cuja tónica é o o fechado, ao formarem o plural, mudam o o fechado para o aberto.

Exemplos: **poço, miolo, ovo, jogo, povo, osso, almoço, olho, tijolo, troco, corpo, porco, porto, destroço, fogo, forno, socorro, coro**, etc.

Portanto, todos estes vocábulos terão o o tónico fechado no singular e aberto no plural, correspondendo à pronúncia (mas, atenção, não se escreve!) ô e ó, respectivamente.

É o que se chama em fonética **metafonia**, a alteração de timbre da vogal tónica por influência da vogal átona.

Com efeito, estas palavras provêm de uma forma latina terminada em **um** no singular e em **os** no plural, ou seja, uma vogal fechada no primeiro caso e uma vogal aberta no segundo. Será, pois, esta vogal final, fechada no singular, que irá influenciar a vogal tónica, fechando-a, o que não acontece no plural porque, como já se referiu, a palavra latina termina em o aberto.

Exemplificando: **jogo** provém da forma latina «jocum» e **jogos** de «jocos», o que explica a existência de vogal tónica fechada no singular (por influência da vogal final) e de vogal tónica aberta no plural.

Esta é a regra geral que, como regra que é, tem excepções que a confirmam. Assim, há um razoável número de palavras que, na formação do plural, não alteram o timbre da vogal, ou seja, mantêm o o fechado também no plural.

Exemplos: **acordo, adorno, bojo, bolo, cachorro, coco, colmo, consolo, dorso, encosto, engodo, estojo, ferrolho, garoto, globo, golfo, gosto, lobo, moço, morro, mosto, namoro, piloto, piolho, poldro, polvo, potro, reboco, repolho, restolho, rolo, rosto, sopro**.

Em resumo, deverá pronunciar-se «acórdo» e «acórdos», mas escreve-se simplesmente **acordo** e **acordos**, nada de confusões.

Outras pronúncias incorrectas

Ouvimos também, muitas vezes, na rádio e televisão, pronunciar manifesta, fêsta, adêga, pêça de teatro e sêca (falta de chuva).

Qualquer destas palavras é vítima de pronúncia errada. A pronúncia correcta é com e aberto.

HELP WITH ENGLISH

Common Contractions

Write out all the contractions in full. (escrever todas as contrações por extenso)

- | | | | |
|-------------|----------|--------------|-----------|
| 1 — musn't | must not | 8 — wouldn't | would not |
| 2 — that's | that is | 9 — she'll | she will |
| 3 — I'll | I will | 10 — they've | they have |
| 4 — we've | we have | 11 — won't | will not |
| 5 — you're | you are | 12 — they'll | they will |
| 6 — who'd | who had | 13 — there'd | there had |
| 7 — where's | where is | 14 — it's | it is |
| | | 15 — we'll | we will |

Phrasal verbs using "put"

Write the following sentences substituting the word underlined with the correct phrasal verb including the word "put" (escrever as seguintes frases substituindo a palavra sublinhada por um verbo composto incluindo a palavra "put").

- We managed to **extinguish** the fire (conseguimos extinguir o fogo) (d)
- Workmen have **constructed** a shelter (os trabalhadores construíram um abrigo) (a)
- You can do it! Don't be **intimidated** by their failure (Podes fazê-lo! Não fiques intimidado pela sua derrota) (b)
- You will have to **save** some money for your holidays (terás que economizar dinheiro para as tuas férias) (c)
- The old lady couldn't **stand** the noise of the machines any longer (a velha senhora não podia suportar mais o barulho das máquinas) (e)
- Sally was **offended** by the way her friends behaved towards her (Sally ficou ofendida pela maneira como as suas amigas a trataram) (d)
- The football match was **postponed** because of frozen ground (a partida de futebol foi adiada porque o solo estava congelado) (b)

put up (a); put off (b); put by (c); put out (d); put up with (e)

Pronouncing the "h". (a pronúncia-aspiração do "h").

Uma das características mal compreendidas na pronúncia de inglês é a letra "h". Em inglês o "h" é sempre aspirado nos substantivos, verbos e adjectivos. Também em pronomes e auxiliares enfatizados como por exemplo:

- "I told you **he** wouldn't like it".
- "**He has heard**".

Mas o "h" normalmente não é aspirado nos pronomes nem nos auxiliares não enfatizados:

"**He'd** have gone if he had time".

Pronunciadas com e fechado tais palavras não existem, excepto **seca**. Neste caso, deve-se distinguir o **substantivo seca**, pronunciado com vogal aberta (é) e que significa «acto de pôr a secar, estiagem, maçada» e o **adjectivo seca**, pronunciado com vogal fechada (ê) que significa «enxuta».

Parece que a má pronúncia dos locutores já vem de longe. Assim o afirma João de Araújo Correia em **A Língua Portuguesa**: Com actores e locutores é preciso cuidado... cada um fala como quer, e, se diz asneiras, ninguém lhe vai à mão *. Tem carta branca para destruir a pronúncia como lhe der jeito (...).

Rádio e Teatro deveriam ser escolas de pronúncia. Pois, não são... Em vez de escolas são latíbulos que geram monstros (...)

Que um pouco de senso acuda a actores e locutores.

* Pergunta o JANGO: ou acabamos por nos habituar?...



JOGOS NA MATEMÁTICA

A partida de basquetebol

— Eu não fui a Barcelona, mas confesso que não perdi muito por causa da equipa de basquetebol que nós temos no nosso quimbo: a semana passada fez um jogo que nem os americanos! No fim, 76 bolas no cesto do outro contra apenas 40 no nosso. Até era lindo de ver. Mas, queres saber uma coisa, nós ganhamos por aquela vantagem mas nem um homem da nossa equipa meteu um bola!

???

Leitor, será que o homem era louco e confundiu o cesto com um contentor?

Atenção bebedores!

Uma garrafa de vinho, do bom e não baptizado (que o há, juro, mas a matar...) está cheia até meio e tem uma rolha.

O vinho será seu sem pagar nada, se conseguir bebê-lo todo sem partir a garrafa e sem tirar a rolha.

Consegue ou desconsegue?

SOLUÇÕES

Olhos e patas

30 olhos correspondem a 15 animais. Se estivessem todos sobre duas patas, contar-se-iam 30 patas no chão. Como a Marisa contou 44 patas, quer dizer que 14 deveriam estar no ar.

Como acima se concluiu, os 30 olhos só poderiam corresponder a 15 animais. Portanto, uma vez que as 14 patas no ar só podiam pertencer a 7 cabras de leque, as avestruzes terão de ser 8.

Os dois barbeiros

Nenhum barbeiro corta o seu próprio cabelo. Como o visitante sabia que a Caála tinha apenas dois barbeiros, cada um cortaria o cabelo ao outro. E por isso o nosso viajante não teve dúvidas em entregar o seu cabelo ao da barberia suja.

A partida de basquetebol

Nenhum homem da equipa meteu uma bola sequer no cesto porque o nosso entusiasta admirador nem precisou de lembrar que tantos elogios só poderia merecer a equipa feminina.

Atenção bebedores

Empurre a rolha para dentro da garrafa.





Cabinda

— a verdade da História

(Conclusão da página 2)

dentes geradas pelas rivalidades europeias em África.

Na célebre Conferência, em Berlim, a Associação procurou e obteve o apoio dos diferentes países envolvidos. Portugal conseguiu assinar entretanto, na região da actual província de Cabinda, três tratados de "protectorado" com as chefias locais: Chinfuma (1883), Chicambo (1885) — estes respeitantes às terras de Cacongo e Massabi — e por fim Simulambuco (na baía de Cabinda) a 1 de Fevereiro de 1885. As datas dos tratados são elucidativas.

A Associação começou por exigir o controlo das duas margens do rio em clara oposição à reivindicação portuguesa. Vários outros plenipotenciários declararam também terminantemente que não convinha aos seus países que uma mesma autoridade governasse nas duas margens do rio... A França, moderadora, considerou que Portugal "procederia com prudência desistindo das suas pretensões acerca dos territórios situados a norte do Zaire", podendo ficar com a zona da baía de Cabinda e Molembo (de menor interesse do que a foz do Zaire por aquela época). E assim foi decidida a "descontinuidade geográfica" do território atribuído a Portugal na partilha da região. Em contrapartida, para lá do rio Cuango poderia cada um ocupar livremente até onde conseguisse — nessa altura não sabia nada dos diamantes da Lunda...

• Cabinda, capital do Distrito do Congo

Mas terá Cabinda ficado como parte integrante de Angola, ou com estatuto diverso? A res-

posta está em toda a documentação e bibliografia existente e que qualquer pessoa pode consultar; só por má fé ou ignorância se pode compreender que literatura recente despreze todas essas fontes para repetir frases de líderes políticos, naturalmente moldadas pelos seus interesses.

Poucas meses depois da Conferência de Berlim foi criado o "Distrito do Congo", fazendo parte da "Província de Angola" (embora o Regulamento só saia em Maio de 1887). Foi criado como distrito praticamente autónomo, sobretudo pela especial situação das fronteiras e correspondentes questões comerciais e aduaneiras. Dependendo formalmente do Governo Geral em Luanda, estava dividido em Residências, em vez dos habituais Concelhos. As "Residências" eram posições com estrutura política, diplomática, militar e administrativa. **Cabinda foi a primeira sede do Distrito do Congo**, que abrangia também os territórios da margem esquerda do Zaire, ou seja, as actuais Províncias do Uíge e Zaire até ao curso do rio Loje e até ao rio Cuango; compunham o distrito cinco Residências Administrativas: Cabinda, Cacongo, Santo António do Zaire, Ambrizete e S. Salvador do Congo.

As variações na situação administrativa de Cabinda, bem como do dito Distrito do Congo, podem ser rapidamente conhecidas através da Cronologia apresentada. O que deve ficar claro é que, mesmo quando Portugal tinha de discriminar os seus "territórios da África Ocidental Portuguesa" distinguindo "S. Tomé, Cabinda e Angola", em nenhum momento a administração de Cabinda esteve independente do Governo Geral em Luanda e, inclusivamente, quando se tratou de

uma região especial do ponto de vista administrativo, foi no âmbito do chamado "Congo Português" e não isoladamente.

É bom ainda lembrar que a existência de um "acordo de protectorado" não se traduziu, no que às colónias portuguesas diz respeito, em quaisquer privilégios particulares, no domínio jurídico ou outro, para a generalidade dos habitantes dessas regiões. Exemplo inegável é o "estatuto do indigenato" imposto até 1961 à esmagadora maioria da população de Angola, Guiné e Moçambique (mas não Cabo Verde nem S. Tomé) que não excluía os naturais de Cabinda, apesar dos relativamente melhores índices de escolaridade e inserção na economia "moderna"...

A descoberta e exploração do petróleo introduziu um novo factor no jogo dos interesses regionais (e internacionais). Sabe-se como são intensos os laços pessoais, económicos e culturais com o Congo e o Zaire. E todos sabemos como a integração económica e a justa repartição dos recursos valem mais para a unidade nacional do que proclamações de princípio ou discursos entusiastas.

As famílias tradicionalmente influentes de Cabinda, ou os que ganharam influência, riqueza ou poder em tempos menos longínquos, e todos os homens e mulheres de Cabinda, sem discriminações de origem, terão de optar pela estratégia que melhor defenderá os interesses da população da região, no sentido de um real desenvolvimento. Olhando para o futuro e não sonhando com passados irreais. Num mundo que avança para amplos espaços de integração regional, porque é que o particularismo regional terá de traduzir-se obrigatoriamente em independência formal?

Maria da Conceição Neto

N. B. — As referências bibliográficas estão à disposição na redacção para os leitores interessados.



«Esperámos demasiado tempo pela nossa liberdade»

(Conclusão da página 3)

Relaxar os nossos esforços agora, seria um erro que as gerações futuras não nos poderiam perdoar.

• A visão da liberdade

A visão da liberdade assomando no horizonte devia encorajar-nos a redobrar os nossos esforços. É apenas pela disciplinada acção de massas que a nossa vitória poderá ser assegurada.

Apelamos aos nossos compatriotas brancos que se juntem a nós para moldar uma nova África do Sul. Também para vocês, o movimento da liberdade é um lar político. Apelamos à comunidade internacional para continuar as campanhas para isolar o regime do apartheid.

Acabar com as sanções agora seria correr o risco de abortar o processo para a completa erradicação do apartheid. A nossa marcha para a liberdade é irreversível. Não podemos deixar que o medo bloqueie o nosso caminho.

O sufrágio universal, num registo eleitoral comum, numa África do Sul unida, democrática e não-racial é o único caminho para a paz e a harmonia racial.

Para concluir, eu gostaria de lembrar as minhas palavras durante o meu processo em 1964.

São tão verdadeiras hoje, como o foram naquela altura. Eu cito:

Lutei contra a dominação branca e contra a dominação negra. Lutei pelo ideal duma sociedade livre e democrática, em que todas as pessoas vivessem juntas em harmonia e em igualdade de oportunidades. É um ideal pelo qual espero viver e que espero atingir. Mas, se for necessário, é um ideal pelo qual estou disposto a morrer.

Espero que se dispersem com dignidade e que nenhum de vocês faça nada que leve outras pessoas a dizer que nós não controlamos o nosso próprio povo.

A fechar

Não é suficiente chegar ao fim da impressão do JANGO: a dificuldade maior está na sua distribuição, uma vez que nos propomos que ele esteja aberto de Cabinda ao Cunene.

Só o poderemos conseguir se nos fizerem chegar os nomes e o processo para nos estendermos aos tantos lugares.

Jango

QUINZENÁRIO

Propriedade: EDIÇÕES JANGO, HUAMBO
 Director: DAVID BERNARDINO
 Colaboradores: Cristina Pinto, F. Marcelino, M. C. Neto, Ruth Lara,
 Sede: Caixa Postal, 28 — Huambo
 Administração: Caixa Postal, 3335 — Fax 393425 — Luanda
 Execução Gráfica: LITO-TIPO, LDA. — Luanda
 Preço: NKz 250.00 — Tiragem: 5 000 exemplares



Mapa anterior à Conferência de Berlim (com alguns erros de localização e nas latitudes, fruto do relativo desconhecimento do interior), mostrando a divergência de opiniões a respeito das fronteiras:

- A limite reivindicado pelos Portugueses (com base na prioridade histórica de contactos na região)
- B limite aceite por algumas nações (abaixo do paralelo 6)
- C limite efectivo das possessões portuguesas, depois da ocupação de Ambriz e Bembe (1855-56)

Nota: As setas vermelhas indicam as fronteiras habitadas por 400 mil habitantes